

SITUAÇÃO DOS COMPROMISSOS EXISTENTES EM 30/6/74
COMPARADA COM A POSIÇÃO EM 31/12/73

Quadro n.º 1

Cr\$ 1,00

	POSIÇÃO		DIFERENÇA	
	31/12/73	30/6/74	(+)	(-)
DESPESAS REALIZADAS				
Restos a Pagar de 1973	564.226.683	143.794.173	—	420.432.510
Diferença entre a Despesa Realizada e a Paga ou Creditada no 1.º Semestre de 1974	—	627.453.948	627.453.948	—
Restituições a Pagar	196.945	75.622	—	121.323
Serviço da Dívida a Pagar	988.482	983.485	—	4.997
Entidades Descentralizadas	911.160.705	873.038.709	—	38.071.996
Governo Federal e Prefeituras	50.211.603	37.513.652	—	12.697.951
SOMA	1.528.784.418	1.682.909.589	627.453.948	471.328.777
ENCARGOS A VENCER				
Débitos de Tesouraria (Bônus e Promissórias)	340.589.487	918.636.387	578.046.900	—
Depósitos	127.348.115	264.276.603	136.928.488	—
Créditos Diversos	53.451.696	11.860.779	—	41.590.917
Dívida Unificada	780.956	777.291	—	3.665
Bônus Rotativos	1.465.813.355	816.982.726	—	648.830.629
Outras Obrigações do Estado	13.651.367	21.231.729	7.580.362	—
SOMA	2.001.634.976	2.033.765.515	722.555.750	690.425.211
TOTAL GERAL	3.528.419.394	3.716.675.104	1.350.009.698	1.161.753.988

A primeira parcela referia-se a compromissos decorrentes de despesas realizadas e não pagas até 31 de dezembro de 1973, representados, na quase totalidade, por «Restos a Pagar» a fornecedores em geral e a órgãos da administração descentralizada.

Quanto aos «Encargos a Vencer», os valores mais expressivos dizem respeito a «Bônus Rotativos» e «Débitos da Tesouraria», que traduzem as situações respectivas da Dívida Fundada e da Dívida Flutuante, esta oriunda de operações de antecipação da receita.

Após o final do primeiro semestre do corrente exercício, esses compromissos atingiram a cifra de Cr\$ 3.717 milhões, revelando um acréscimo de cerca de Cr\$ 188 milhões, em relação à existente em dezembro de 1973. Este resultado provém de variações positivas e negativas ocorridas nas diferentes contas que compõem os dois grupos de Despesas Realizadas e Encargos a Vencer, cabendo destacar:

- 1 — pagamento de compromissos da administração direta, no valor aproximado de Cr\$ 420 milhões, inscritos em «Restos a Pagar» de 1973;
- 2 — aumento dos «Débitos de Tesouraria» (endividamento por antecipação de receita) de Cr\$ 578 milhões e redução da Dívida Fundada, de cerca de Cr\$ 649 milhões, representada por «Bônus Rotativos» — ambos decorrentes da manutenção do volume desses títulos no mercado;
- 3 — créditos das Entidades Descentralizadas, existentes em 31 de dezembro de 1973, na importância de Cr\$ 911 milhões, já liquidados, segundo as programações financeiras mensais, apresentadas pelas interessadas. O montante de Cr\$ 873 milhões, que figura em 30 de junho de 1974, diz respeito ao saldo das transferências de recursos orçamentários do corrente exercício, processados a favor dessas Entidades no primeiro semestre deste ano, que deverá ser liquidado, igualmente, na conformidade

das respectivas programações financeiras;

- 4 — débito de Cr\$ 627 milhões, inscrito em conta financeira própria, que se refere à diferença entre a despesa orçamentária realizada e a paga ou creditada no primeiro semestre, dos órgãos da administração direta. Adicionada a esse valor a cifra de Cr\$ 873 milhões, referente a crédito das entidades descentralizadas, tem-se o total de Cr\$ 1.500 milhões. Esse valor, em síntese, identifica o saldo da despesa orçamentária empenhada e realizada e não paga, e pode, também, ser obtido pelos dados demonstrados no Quadro n.º 4, mais adiante. A despesa realizada no primeiro semestre somou Cr\$ 10.879 milhões; os desembolsos do Tesouro totalizaram, no mesmo período, Cr\$ 9.379 milhões, em pagamento a encargos deste exercício, resultando, daí, a diferença já apontada de Cr\$ 1.500 milhões. Na realidade, o desembolso financeiro do Tesouro foi superior aos Cr\$ 9.379 milhões, em razão de pagamentos de despesas extra-orçamentárias, inscritas em Restos a Pagar, efetuadas no mesmo período.

Cabe, aqui, uma explicação adicional, relativamente ao montante de Cr\$ 1.500 milhões de despesas realizadas e não pagas. Trata-se de ocorrência normal no processamento da despesa pública, que não traduz, absolutamente, atraso no cumprimento da programação financeira do Tesouro. Os dados de acompanhamento da gestão financeira vêm demonstrando que o tempo que medeia a apresentação da fatura de serviço ou de material fornecido e o respectivo pagamento, em média, é de 30 dias.

O Quadro n.º 2 que reproduz os valores arrecadados do Imposto de Circulação de Mercadorias nos meses de janeiro a junho, revela que, nesse período, a receita proveniente daquele tributo produziu Cr\$ 8.247 milhões, ou seja, 46,0% da provável arrecadação do ano.

Quadro n.º 2

ARRECADAÇÃO DO I.C.M.

PRIMEIRO SEMESTRE DE 1974 E PREVISÃO PARA O ANO

Cr\$ 1,00

MESES	ARRECADAÇÃO
JANEIRO	1.533.585.325
FEVEREIRO	1.451.841.441
MARÇO	1.524.372.958
ABRIL	1.615.159.228
MAIO	1.681.336.978
JUNHO	1.450.224.277
TOTAL DO PRIMEIRO SEMESTRE	9.248.520.205 (46,0%)
PROVAVEL ARRECADAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE	10.888.479.795 (54,0%)
ESTIMATIVA ANUAL	20.115.000.000 (100,0%)
PREVISÃO DO ORÇAMENTO ORIGINAL	16.685.000.000
DIFERENÇA	3.430.000.000

Na mensagem que acompanhou a proposta orçamentária para 1974, elaborada em meados de 1973, admitiu-se que, face às tendências verificadas nos últimos exercícios, a arrecadação do ICM, no primeiro semestre

de 1973, deveria corresponder a 46,4% do respectivo total previsto. A parcela relativa à arrecadação registrada no primeiro semestre de 1973, contudo, correspondeu a 46,8% do total efetivamente arrecadado.

A realização do ICM, acima do previsto para o segundo semestre de 1973, deveu-se a fatores cujos principais aspectos foram abordados na mensagem que acompanhou o projeto convertido na Lei n.º 334, de 8 de julho de 1974, que elevou para até 20% o limite referido no artigo 6.º da Lei do Orçamento de 1974. Recordando-se que, naquela oportunidade, meados de 1973, com a expectativa de crescimento da ordem de 12% no nível geral de preços, previu-se para 1974 uma taxa de inflação de 11%. Todavia, a crise das matérias-primas no mercado internacional, enfatizada pela elevação dos preços do petróleo imposta pelos países produtores, fez recrudescer o processo inflacionário mundial, cujos reflexos se estenderam ao Brasil, principalmente a partir do início do corrente ano. Há vista a expectativa de elevação dos preços para 1974, de acordo com as informações oficiais, de cerca de 30%, sendo que o primeiro semestre deste ano já acusou uma taxa de crescimento de 22,4%, de dezembro de 1973 a junho de 1974, no índice de disponibilidade interna da Fundação Getúlio Vargas. Esses dados explicam a disparidade entre o volume de arrecadação do ICM previsto e sua provável realização, conforme evidência o Quadro n.º 2, citado.

Quanto a 1974, com base na tendência verificada, estima-se que a arrecadação do ICM, no primeiro semestre, deverá corresponder a 46,0% do total previsto, bastante próximo do percentual registrado no ano de 1973.

COMPOSIÇÃO SEMESTRAL DA ARRECADAÇÃO DO ICM

ANO	1.º Semestre	2.º Semestre
1967	39,3%	60,7%
1968	42,9%	57,1%
1969	44,4%	55,6%
1970	46,4%	53,6%
1971	45,0%	55,0%
1972	47,4%	52,6%
1973	45,8%	54,2%
1974 (Previsão)	46,0%	54,0%

Quadro n.º 3

POSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 30/6/74

Cr\$ 1,00

DESPESA FIXADA		21.416.163.812
No Orçamento		
CRÉDITOS ADICIONAIS		
Abertos no Exercício		
1. Especiais	13.000.000	
2. Suplementares	1.487.936.058	
	1.500.936.058	
Menos:		
Redução orçamentária para cobertura dos créditos abertos	(—) 49.161.195	1.451.774.863
Subtotal		22.866.936.675
Autorizados e Não abertos		
1. Especiais	104.576.919	
2. Suplementares	1.168.905.857	1.273.481.776
Projetos de Lei em Andamento		
1. Especiais	20.000.000	
2. Suplementares (*)	1.841.061.720	1.861.061.720
TOTAL		26.001.502.171

(*) Autorizado pelas Leis n.ºs 334 e 335, de 8-7-74, publicadas no DOE de 8-7-74.

No que concerne à despesa, objeto do Quadro n.º 3, as autorizações legais concedidas superam a casa dos Cr\$ 26 bilhões.

Os rigorosos critérios de controle e seleção de gastos referentes a despesas correntes vêm permitindo, contudo, suprir as necessidades de incremento dos investimentos públicos, sem prejudicar o normal desenvolvimento da máquina administrativa. A análise numérica da posição orçamentária, em 30 de junho, evidencia esse fato.

Despesa fixada no orçamento de 1974	21.415
Créditos adicionais	
1 — para despesas correntes	171
2 — para despesas de capital	1.281
	1.452
	22.867

Dos Cr\$ 1.452 milhões de créditos adicionais abertos no primeiro semestre, cerca de 88% se destinaram, especificamente, a obras e equipamentos para os setores que mais diretamente se integram nos programas de desenvolvimento econômico-social do Estado. Registra-se, porém, que as suplementações orçamentárias para atender ao reajuste dos vencimentos se formalizam, sistematicamente, no segundo semestre, permitindo maior precisão de cálculos estimativos das despesas de pessoal.

Destaque-se, ainda, que os recursos inicialmente previstos no orçamento-programa para investimentos, fixados em Cr\$ 4.747 milhões, elevaram-se, até junho último, à cifra de Cr\$ 6.030 milhões, o que evidencia um crescimento da ordem de 27,0% em relação à previsão original.

A demonstração da execução orçamentária, no primeiro semestre, compreendendo a receita arrecadada e a despesa realizada a conta de créditos orçamentários e adicionais, está sintetizada no Quadro n.º 4.

No mencionado período, a receita arrecadada atingiu a cifra de Cr\$ 11.253 milhões e a despesa realizada totalizou Cr\$ 10.880 milhões. Considerando-se que tais números traduzem os resultados da gestão financeira de um semestre — período de tempo em que o ritmo de processamento das despesas se revela tradicionalmente menos dinâmico — a diferença positiva, superior a Cr\$ 375 milhões, não deve ser interpretada como «superavit». Isto porque — depois de analisado o comportamento da receita e verificada a ocorrência de excesso de arrecadação nos níveis mensais de previsão — se efetiva o processamento de créditos suplementares, habilitando as unidades administrativas a acelerar os programas já existentes ou a ampliá-los, mediante o empenhamento de suas respectivas despesas, muitas das quais se encontravam em fase final de formalização no encerramento do primeiro semestre do exercício.